



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#24 ABRIL/2013

Congressos da UNE e Anel:

Romper o controle da direção burocrática; Frente única de todos os que se dispõem a derrotar a política governista; Defender um programa revolucionário para o movimento estudantil

A crise mundial capitalista vem atingindo a juventude em toda parte. Na Europa, o desemprego afeta metade dos jovens, as medidas propostas pelos governos atacam as condições de vida e trabalho das massas, entre elas os estudantes. Estes compõem de forma expressiva as manifestações contra os planos governamentais. No Chile, retomam as manifestações de rua contra a privatização da educação e defesa do ensino público.

A crise vai afetar de forma mais dura o Brasil. A indústria brasileira tem sofrido há quase dois anos com a retração econômica. O subsídio estatal aos maiores setores (automobilístico, eletrodomésticos) não permite superar a tendência de crise geral. As demissões no setor metalúrgico (a GM acaba de demitir 598 operários) expressam o desenvolvimento da crise.

A maioria da juventude brasileira não tem o direito democrático de acesso à educação pública e gratuita em todos os níveis. Além dos efeitos da crise econômica que afetarão todos os assalariados, com consequências graves sobre o emprego e salário, a juventude sofre a exclusão da escola, a maioria não chega à universidade. Está pendente a tarefa de organização de uma mobilização nacional da juventude que se volte a garantir o ensino público e gratuito a todos, o pleno emprego e um salário mínimo vital, capaz de sustentar dignamente toda família trabalhadora. O primeiro passo para garantir ensino a todos é a expropriação de toda a rede privada e controle coletivo dos que estudam e trabalham sobre ela. E é preciso unir a juventude aos assalariados para reivindicar o salário mínimo vital e a escala móvel de horas de trabalho (fim do desemprego – divisão de todo trabalho disponível entre todos aptos, em redução salarial).

Vêm aí os Congressos da UNE e da ANEL. Acontecerão nos mesmos dias. Um congresso nacional estudantil deve ter como pauta principal a defesa do ensino, trabalho e condições de vida dos estu-

dantes, a organização da juventude para enfrentar os efeitos da crise capitalista através da mobilização.

Mas não é isso que veremos.

O Congresso da UNE, que deverá reunir mais de 20 mil estudantes, será manejado pela direção burocrática e governista para tentar aprovar uma nova reforma universitária, que não passa de um remendo à reforma do governo petista, mantendo portanto o domínio do capital sobre a educação (ensino privado) e a exclusão da maioria. Por mais que se lhe envernize, a política educacional do governo favoreceu e favorece o ensino privado. Enquanto progride o ensino pago, progride a exclusão da maioria. É preciso derrubar essa linha da burocracia governista, unindo todos aqueles que se dispõem a combater pelas reivindicações mais sentidas pelos estudantes, com os métodos da luta de classes.

O Congresso da ANEL, cisão aventureira da UNE, terá como pauta inúmeros pontos distracionistas em relação às tarefas políticas colocadas pela situação. A renúncia em travar a luta por construir uma fração de oposição revolucionária que atue dentro e fora da UNE, para construir uma direção com um programa proletário, dificulta essa tarefa. Defendemos que os delegados ao 2º Congresso da Anel se coloquem por discutir de forma concentrada as reivindicações mais gerais e sentidas pelos estudantes e aprovelem medidas para mobilizar amplamente por elas.

A Corrente Proletária chama os estudantes a discutirem e atuarem nesses congressos, em defesa de um programa revolucionário para o movimento estudantil, que empunhe suas bandeiras e os métodos da luta de classes, independente politicamente da burguesia, dos seus governos e partidos. E se una à luta do proletariado pela revolução socialista, única forma de acabar com toda forma de opressão e alcançar o ensino público e gratuito, laico, científico, vinculado à produção social.

USP - Campanha contra denúncia do MP enfrenta bloqueio da direção do DCE(PSoI/PSTU)

As denúncias do Ministério Público paulista contra estudantes e trabalhadores da USP ganharam projeção nacional, por serem parte de uma ofensiva repressiva geral dos governos e dos capitalistas e por criminalizarem, por meio de uma fraude jurídica, um movimento de reivindicação estudantil. Os 73 acusados se somam aos oito eliminados, ao diretor sindical Brandão, demitido político, e a 12 processados criminalmente por lutarem por permanência estudantil.

O DCE da USP, movido pela pressão política externa e interna à universidade, realizou uma assembleia geral de estudantes em 14/03, na qual defendeu que os eixos do movimento fossem a retirada das de-

núncias e a luta contra o Pimesp. Também defendeu a realização de um ato público na entrega dos abaixo-assinados ao Tribunal de Justiça. Assembleia, luta contra a repressão e ato de rua têm sido rechaçados pela atual direção. Somente uma grande pressão social e uma tendência nas bases poderia levar essa direção a se mover nesse sentido. A Corrente Proletária Estudantil/POR defendeu que deveria haver somente um eixo, uma prioridade sobre as demais: a luta pela retirada da denúncia do Ministério Público, que era condição para que pudéssemos desenvolver as demais reivindicações, pois se não há direito de se mobilizar pelas reivindicações, não há como conquistá-las.

PIMESP não cumpre o que a Lei das Cotas se propõe

O Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público (PIMESP), desenvolvido pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) é uma resposta às pressões do governo federal de Dilma/PT, que sancionou a Lei das Cotas reservando metade das vagas nas universidades federais a alunos de escola pública, e do Supremo Tribunal Federal, que declarou as cotas constitucionais.

Mas o PIMESP não cumpre o que a Lei das Cotas se propõe. O estudante negro e de escola pública selecionado pelo programa (1.800 ao todo) não entrará diretamente na universidade. Primeiro terá que passar por dois anos de curso, com conteúdo intermediário entre o ensino médio e o superior, ministrado pela Univesp (ensino a distância). Ingressará na universidade se obtiver 70% de aprovação nas disciplinas.

O Pimesp é uma manobra do governo do PSDB em São Paulo para não cumprir a Lei de Cotas federal. Que os movimentos que reivindicam as cotas exijam o cumprimento imediato da lei e não aceitem o PIMESP, que reforça a exclusão e o racismo.

Cotas ou Bônus não aumentam o número de inscritos nas universidades públicas

O número de inscritos nos vestibulares das universidades públicas não aumentou com o sistema de cotas ou de bônus adotados. Algumas inclusive apresentaram redução nas inscrições como é o caso da USP, Unicamp, UERJ e UFMG. Em Campinas, mais da metade das escolas públicas não tiveram sequer um estudante inscrito no vestibular da Unicamp, universidade sediada na cidade. A Lei das cotas, sancionada pelo governo federal (que obriga a todas as federais reservarem 50% das vagas para alunos de escola pública, contemplando uma parcela de estudantes negros) também não garantiu o percentual esperado. Na UFSC, por exemplo, o número de vestibulandos em 2012 foi de 37,5%. A redução das inscrições de estudantes de escola pública também foi observada na federal da Bahia, universidade que adota sistema de cotas desde 2005. O quadro só foi revertido após a adoção de cursos noturnos, saltando de 1 para 33 cursos.

Dados do próprio governo (Censo 2010) mostram que apenas 38% dos jovens entre 18 e 24 anos tiveram algum vínculo com o ensino superior (graduação). Dentre estes, apenas 10,8% se formaram. 85% dos que concluem o ensino médio são de escola pública, mas são minoria nas universidades públicas. Por outro lado, dentre os jovens entre 18 e 24 anos, 68% trabalham. O número de jovens que trabalham, mas não estudam, aumentou nos últimos anos.

Estes dados mostram que a exclusão da esmagadora maioria da juventude do ensino superior não se resolve com políticas inclusivas como as cotas e os bônus. A defesa do ensino público e gratuito para todos (fim do vestibular) passa pela defesa da estatização sem indenização de toda rede privada de ensino, e seu controle coletivo por quem nela e trabalha. Essa bandeira democrática é rejeitada pela maioria das correntes do movimento. Enquanto houver ensino privado, não será possível o ensino público e gratuito a todos. A maioria negra e oprimida continua sem esse direito.

O jovem proletariado necessita desde muito cedo trabalhar para compor a renda familiar. Muitos estão em condições precárias de trabalho, com cargas horárias exaustivas e baixos salários. Muitos moram nas periferias da cidade, gastando pelo menos 4 horas diárias em transportes. As condições concretas de vida da juventude se impõem à realização do ensino superior.

O fim da exploração da maioria por uma minoria parasitária e proprietária dos meios de produção garantirá que todos os jovens tenham assegurado seu direito à educação, em todos os níveis.

UFMT: estudantes são reprimidos e punidos por lutarem por moradia

No dia 06 de março, estudantes da UFMT protestaram contra o despejo de 50 moradores do CEU (Casa de Estudantes Universitários) e foram violentamente agredidos pela Polícia Militar. Uma estudante teve fratura na mão, um foi atingido por várias balas de borracha no peito e outro no rosto. Seis estudantes foram presos. Os advogados foram impedidos de acompanhar os estudantes enquanto o boletim de ocorrência era feito. Receberam voz de prisão e ficaram 4 horas impedidos de saírem da delegacia. No dia seguinte, houve mais uma manifestação e a reitoria foi ocupada em ação de força para pressionar a reitora, Maria Lúcia Cavalli, nas negociações.

A ocupação seguiu por 13 dias, sendo desocupada em 20 de março diante do comprometimento da reitora em não diminuir o número de vagas, construir novos CEUs no campus de Cuiabá e nos demais campi. Outras reivindicações que estão vinculadas à permanência estudantil também foram atendidas como a ampliação do restaurante universitário e inclusão de café da manhã.

Nenhuma punição! Nossa luta é legítima!

Os seis estudantes que foram presos são ameaçados de serem



processados criminalmente. A acusação é por resistência à prisão, perturbação da ordem pública e lesão corporal contra militares. Os estudantes podem optar pela transação penal em que ficariam obrigados a prestarem serviços comunitários durante algumas semanas ou entregar cestas básicas.

Lutar por moradia não é crime! É uma reivindicação legítima de forma a garantir o cumprimento de um direito democrático que é a educação. A PM é mentirosa, nos agride e agora nos acusa de tê-lo lesionado corporalmente. Nenhuma punição aos lutadores! Moradia a todos! Nenhuma vaga a menos!

UFRRJ: “Luto pela Educação! Nosso Luto virou Luta!”

“Luto pela educação! Nosso Luto virou Luta!” são as palavras escritas em uma das faixas expostas no prédio da reitoria ocupado desde o dia 13 de março, em cumprimento de uma deliberação de assembleias dos estudantes da UFRRJ. A proposta ganhou por unanimidade. Uma lista de problemas expõe o estado de quase óbito da universidade: o número de alunos quase dobrou em sete anos e não há estrutura para comportá-los, faltam professores, o curso de engenharia dos materiais atrasará pelo menos um semestre para a conclusão da turma por falta de professores, salas ficam alagadas em períodos de chuva, produtos químicos ficam boiando na água, há cobras pela universidade, há auditórios e laboratórios que foram interditados por apresentarem rachaduras e infiltração, as paredes de algumas salas de aula, reformadas há aproximadamente dois anos, possuem mofo e infiltrações, nos banheiros dos alojamentos masculinos há infiltrações e fiação elétrica exposta. Em um deles, o vazamento no teto vem do mictório de outro banheiro, no andar superior. O problema causa um mau cheiro permanente ao local.

O fornecimento de água e luz é interrompido com frequência. Obras estão paradas. Entulhos e até lixo químico são deixados ao relento. Assaltos já viraram rotina.

Esse retrato não é exclusivo da UFRRJ. Em 2012, mais de 50 universidades federais por todo o Brasil entraram em greve, por mais de três meses, por melhores condições de estudo e trabalho. Desde 2007, com a implementação do Reuni, são dados passos largos na destruição das universidades públicas. Novas unidades são inauguradas, vagas são ampliadas, mas os recursos investidos não correspondem às novas necessidades. Essas medidas, somadas às isenções fiscais às faculdades privadas e a política de compra de vagas ociosas (Prouni) revelam a política privatista para a educação implementada pelo governo Federal, em que a depredação do ensino público é acompanhada pelo beneficiamento do ensino privado. Que o governo estatize, sem indenização, todas as faculdades privadas. Que nenhum capitalista ganhe com a mercantilização de um direito. Pelo imediato atendimento às reivindicações dos estudantes da UFRRJ! Todo apoio à ocupação da reitoria, método legítimo do movimento!

Unifesp Guarulhos: O processo contra os estudantes da Unifesp Guarulhos é repassado para o Ministério Público Federal!

A defesa dos processados é a defesa das reivindicações do Campus de Guarulhos! Os estudantes devem retomar a lutar pelas reivindicações para responder à Repressão!

No dia 07 de março, o processo criminal de desobediência (artigo 330 do código penal), contra os 46 estudantes durante a desocupação do campus no dia 06 de junho de 2012, saiu do fórum de Guarulhos e passou para o Ministério Público Federal (MPF). A ocupação foi deliberada em Assembleia durante a greve, que tinha como um dos pontos de pauta o fim da repressão. O Fórum dos Processados deve responder à repressão, reorganizando os estudantes para retomar a luta pelas reivindicações. O ataque aos estudantes que impulsionaram as mobilizações de 2012, assim como a acusação de formação de quadrilha contra os estudantes da USP, serve para calar os que reivindicam a universidade pública.

Os estudantes estão sendo punidos por terem utilizado o método a ação direta diante da precária e insustentável falta de estrutura do campus, desde a sua inauguração em 2007, com salas superlotadas, restaurante universitário em condições inadequadas, biblioteca que não atende a demanda, ausência de laboratórios, moradia e creche. Uma greve em 2012 que durou cinco meses, tendo como principal pauta a construção do prédio definitivo no bairro operário dos Pimentas e fim dos processos contra estudantes, demonstrou que o movimento estudantil organizado coletivamente, sob as decisões da maioria, e atuando sob o método de luta da ação direta é capaz de impulsionar a política em defesa do ensino público. Pela reorganização do Fórum dos Processados! Em defesa dos lutadores que foram duramente reprimidos pela PM por se chocarem diretamente com os interesses dos governos privatistas! Fim de todos os processos!

UFCEG/PB: Debate pré-congressos da UNE e ANEL

Vincular a luta por acesso e permanência à defesa da juventude oprimida

No dia 14 de março, o Comando Local de Mobilização Estudantil da UFCEG começou os ciclos de debates sobre alguns dos temas que fazem parte da pauta dos congressos estudantis da UNE e da ANEL. O objetivo é preparar o debate político para a escolha dos delegados. Publicamos a seguir alguns dos pontos levantados pela Corrente Proletária Estudantil - POR

Não restringir-se à “assistência”

As políticas do Estado são bem claras quanto à assistência – que deve ser apenas para os comprovadamente miseráveis – sempre em detrimento dos direitos. A assistência é para uma minoria, “a maioria que pague!” Contra essa ideia, temos de abolir a defesa de “assistência” e defender o direito à permanência como parte do direito à educação. Este é o sentido da luta em curso na UFCEG contra o cadastro excludente, subordinado à assistência social, que seleciona os “carentes”, decide quem comerá no restaurante todos os dias, quem comerá só três ou não comerá. A concepção da universalização da alimentação, moradia e do transporte gratuitos deve ser levada pelos delegados da UFCEG e ilustrada com nossa experiência de luta. A bandeira do movimento deve ser a de que é dever do Estado arcar *integralmente* com o financiamento da educação, em todos os níveis inclusive.

Que os Congressos da UNE e ANEL defendam os interesses gerais da juventude

O movimento estudantil deve superar a política corporativa. A Corrente Proletária Estudantil impulsiona a luta pelo acesso e permanência nas universidades, pois permite colocar os estudantes em movimento e os vincular com a luta pelo financiamento integral e o direito à educação. Mas não nos limitamos a ela. Lembremos que a maioria esmagadora dos jovens (86%) está fora da universidade, vivendo em condições deploráveis, vitimados pela exploração, pelo narcotráfico e pela violência policial. Por isso, que as entidades estudantis se coloquem plenamente em defesa de toda juventude, pois grande parte é forçada a abandonar os estudos pelas questões sociais do capitalismo.

As escolas e universidades não são espaços imunes à luta de classes. Pelo contrário, seu conteúdo corresponde aos interesses de exploração e dominação. O avanço dos grupos empresariais sobre a educação expressa a decomposição do sistema capitalista, que avança sobre todos os direitos conquistados. As condições dignas de trabalho e de estudo somente serão conquistadas com a criação de um sistema único de educação, laico, científico e vinculado à produção social. A transformação da educação em favor da maioria oprimida é indissociável da vitória do proletariado sobre a burguesia parasitária.

Ceará: por um Congresso Estudantil de Luta

Entre os dias 19 e 21/04, ocorrerá 8º congresso estudantil da UFC. O tema será “Produção do conhecimento para quem? Em busca de democratização da Universidade”, terá entre as mesas principais a greve nas universidades e o tema da Comissão da Verdade, Memória e Justiça. Será uma oportunidade para fazer um balanço da greve nas universidades no ano passado e tirar um calendário de lutas para o movimento estudantil na UFC, que se encontra burocratizado e despolitizado. A atual gestão do DCE (PDT, UJS/independentes) não tem atuado ativamente na preparação e convocação do Congresso, assim como o PSol e PSTU, que perderam a gestão ano passado.

A Corrente Proletária Estudantil participará com uma tese de análise da conjuntura nacional e internacional, avaliando os desdobramentos da crise mundial e apresentado quais as principais tarefas do movimento estudantil. Entendemos que o congresso deve servir como preparação para os congressos da UNE e da Anel que ocorrerão no fim de maio, além de trabalhar pelo fortalecimento do Comitê do Passe Livre para enfrentar os capitalistas/máfias dos transportes, que descarregam a crise sobre os trabalhadores e a juventude, que cada vez mais sofrem com o elevado custo de vida.

Paraná: decreto do governador aprofunda a ingerência do Estado sobre as universidades estaduais

O governador do Paraná, Carlos Alberto Richa, baixou um decreto que centraliza a gestão administrativa e financeira das universidades estaduais. De licitações até as folhas de pagamento, tudo deve passar pela administração direta do governo estadual. As reitorias das sete universidades estaduais ainda não se pronunciaram, apostam na negociação com o governo, em que a moeda de troca seria a gestão da universidade pela subserviência ao governo.

Essa medida intensifica a ingerência estatal que até então impunha restrições orçamentárias, que penalizam crescentemente as IEEs. O governador interfere diretamente na autorização dos concursos

para contratação de professores. Impõe avaliação acadêmica, que serve ao ranqueamento das universidades públicas junto com as faculdades privadas, assim como a adoção do ensino à distância (EAD). As pesquisas e pós-graduação dependem para funcionar de recursos condicionados às exigências do MEC e do governo do Estado.

Pela real autonomia universitária! Que estudantes, funcionários e professores tenham controle sobre a universidade, organize um governo tripartite eleito em Assembleia Geral Universitária com voto universal. Não podemos mais aceitar a ingerência do governo que servem à destruição da universidade. Tomemos seu controle em nossas mãos!

Bahia: movimento estudantil da UFBA após a greve de 2012

Greve de 2012 mostrou o governismo das correntes majoritárias

A greve de 2012 na UFBA foi uma demonstração da prostração política das direções do movimento à reitoria e ao governo federal. As direções reformistas/stalinistas impõem o controle burocrático das entidades (DAs e DCEs), apoiam os programas do governo petista que mascaram as contradições entre ensino público e privado. O movimento grevista foi iniciado pela pressão da base de alguns cursos, como o de Letras e Serviço Social, forçando o DCE (PT) a convocar uma assembleia geral que aprovou a greve estudantil. Mas mantiveram sua política de freio do movimento, não dando peso aos atos de ruas, que impulsionariam a greve, se colocando em confronto direto com a reitoria e governo. O DCE foi incapaz de organizar um movimento combativo e independente, pois para isso seria obrigado a se chocar com seu próprio partido que está a frente do governo central do país. Do outro lado está o PSTU, que por meio da ANEL, se mostra cada vez mais impotente diante do reformismo e do estalinismo.

É necessário constituir uma direção revolucionária na UFBA, que combata as direções governistas e conciliadoras, que erga um programa independente, com base na democracia estudantil e nos métodos da ação direta. Essa direção revolucionária é uma necessidade para fortalecer o movimento estudantil para enfrentar o governo federal e sua política, que atende às imposições do imperialismo, que obriga os países semicoloniais, como o Brasil, a permitir aplicação do capital externo nos setores de serviço como a educação.

Bahia: eleições para o DCE da UFBA – PT saiu em três chapas concorrentes

Nos dias 20 e 21/03, ocorreram as eleições para o DCE da UFBA, considerada como uma das mais votadas nos últimos anos: 8.588 votos. Não teve nenhum debate entre chapas, pois a comissão eleitoral não assegurou a devida convocação dos estudantes. Não havia diferenças substanciais entre as chapas concorrentes, inclusive na composição, três das quatro chapas foram constituídas por correntes do PT. A bandeira principal defendida por todas as chapas foi os 15% do orçamento da UFBA para assistência estudantil, expressando a política reformista/estalinista nacional, base do governo Dilma Rousseff (PT). Com exceção da chapa 2 (PSTU), todas tiveram apoio de parlamentares ligados às forças políticas governistas.

O resultado das eleições foi: Chapa 1 em primeiro lugar, com 44% dos votos. A chapa é composta pela corrente Levante Popular da Juventude, extensão do MST, e mais três correntes do PT, Esquerda Democrática, Popular (EDT), a Esquerda Popular Socialista (EPS) e O Trabalho (OT). Em segundo lugar ficou a Chapa 4 do PT, com 28,04% dos votos. A corrente que expressou o PT dentro dessa chapa foi o Estopim e Democracia Socialista (DS), principal força do grupo Kizomba. Esta chapa estava na antiga direção do DCE, saiu desgastada do movimento, mas conseguiu ficar em 2º lugar. Em terceiro ficou a Chapa 3, com 18,15% dos votos. É constituída em sua maioria por militantes da União da Juventude Socialista (UJS) do PCdoB e da Construindo um Novo Brasil (CNB), corrente do PT. Em quarto Lugar ficou a Chapa 2 com 7,96% dos votos. Composta pelo PSTU, PSOL e independentes. Houve 1,32% votos nulos e 0,52% dos votos em branco.

O PT concorreu às eleições para o DCE da UFBA em três chapas concorrentes. Uma determinada corrente do PT esteve em disputa com outra de seu próprio partido. A divisão eleitoral expressou a disputa de aparato, sem nenhum vínculo com as necessidades, reivindicações ou mobilização estudantil. Suas práticas são um obstáculo para constituir uma frente de luta para combater a burocracia e o governo.

Pela constituição de uma direção revolucionária, com base num programa proletário para a universidade, na defesa intransigente da educação pública contra o processo de privatização em curso.